R E S O L V E:

CONCEDER aos servidores abaixo discriminados licença para tratamento de saúde, com fulcro nos artigos 81 a 84 da Lei nº 5.810/1994:

ANDREIA CALDAS DOS SANTOS - Período: 31/10 a 06/11/2022 - GEDOC Nº 151140/2022

EURIDICE DE OLIVEIRA BRANDAO - Período: 08 a 14/11/2022 - GEDOC Nº 151533/2022

GABRIELA TAVEIRA BARBOSA VIEGAS - Período: 07/11/2022 - GEDOC Nº 151223/2022

GLEISSON NASCIMENTO DOS SANTOS - Período: 08 a 11/11/2022 - GEDOC Nº 151423/2022

JAIRO MORORO AGUIAR - Período: 03/10/2022 - GEDOC Nº 151335/2022

JAIRO MORORO AGUIAR - Período: 28/10/2022 - GEDOC Nº 151336/2022

JAKELINE DA SILVA MONTEIRO - Período: 07 a 08/11/2022 - GEDOC Nº 151595/2022

JESSICA MARIA NUNES DAIBES - Período: 04/11/2022 - GEDOC Nº 150979/2022

JOELMA CORDEIRO VARANDA CARDOSO - Período: 08/11/2022 - GEDOC Nº 151587/2022

JOSE ANTONIO GOMES DA SILVA - Período: 08 a 10/11/2022 - GEDOC Nº 151332/2022

PEDRO PAULO VIEIRA SILVA - Período: 04/11/2022 - GEDOC Nº 151161/2022

RAIMUNDO NONATO COSTA BELEZA JUNIOR - Período: 08 a 12/11/2022 - GEDOC Nº 151278/2022

RENATA SILVA BILBY - Período: 07 a 11/11/2022 - GEDOC Nº 151524/2022

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.

Belém-Pa, 10 de novembro de 2022.

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa

PORTARIA Nº 0853/2022-MP/SUB-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 114/2018- MP/PJ, de 12 de janeiro de 2018,

R E S O L V E:

CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, Licença Falecimento, com fulcro no artigo 72, III, da Lei nº 5.810/94:

TIRZA ELEONORA DE NAZARE BENONE SABBA - Período: 28/10 a 04/11/2022 - GEDOC nº 151680/2022

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.

, 10 de novembro de 2022.

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa

Protocolo: 876500

EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 030/2022-MPPA/9ºPJ/STM

A 9ª Promotoria de Justiça de Santarém de Direitos Constitucionais e Probidade Administrativa, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, § 1º da Resolução nº 0174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, e art. 8º, § 5º e 6º, da Resolução nº 007/2019-CPJ, vem por meio deste edital, identificar o interessado "ANÔNIMO" e a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato SIMP nº 005609-031/2022, que tinha por objeto apurar denúncia em relação a ações da direção do hospital municipal de Santarém.

Santarém-PA, 16 de novembro de 2022.

DIEGO BELCHIOR FERREIRA SANTANA

Titular do 9º Cargo de Promotor de Justiça de Santarém

Protocolo: 876524

PORTARIA Nº 6596/2022-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o disposto no art. 57, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará) c/c o art. 27, §3.º, incisos I e II da Resolução nº 007/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, bem como os termos da Decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO o Inquérito Civil nº 001642-029/2022,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça AMANDA LUCIANA SALES LOBATO, titular da 3.ª PJ de Capanema, ou quem suas vezes fizer, para atuar no supramencionado Inquérito Civil e tomar as providências cabíveis quanto ao prosseguimento do feito.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 11 de novembro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 876528

PORTARIA Nº 0847/2022-MP/SUB-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 114/2018-MP/PJ, de 12/1/2018, publicada no D.O.E. de

15/1/2018;

CONSIDERANDO os termos do e-mail datado de 18/2/2021, protocolizado no "SIP" sob o nº 2358/2021, em 18/2/2021;

CONSIDERANDO os termos da decisão proferida pela Subprocuradoria-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa, à fl. 74;

CONSIDERANDO que é dever da Administração a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994,

R E S O L V E:

I - INSTAURAR Sindicância Administrativa Investigatória, objetivando o esclarecimento dos fatos e a identificação de eventual autoria.

II - DESIGNAR a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, constituída por meio da PORTARIA nº 0812/2022-MP/PJ, de 3/3/2022, publicada no D.O.E. de 7/3/2022, composta pelos servidores estáveis CARLOS VINÍCIUS REIS DOS SANTOS (Presidente), JOEL CARLOS DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO e RODRIGO ROSA DE SOUZA (Membros), para atuarem no procedimento.

III - FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.

Belém, 09 de novembro de 2022.

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa

PORTARIA Nº 6444/2022-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021, que institui as novas normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO, também, que a nova Lei estabeleceu acerca da governança das contratações e do dever de implementação de processos e estruturas para avaliação, direcionamento e monitoramento dos processos licitatórios e dos respectivos contratos;

CONSIDERANDO a instituição da Comissão de Avaliação, Estudo, Atualização, Acompanhamento e Implementação das novas normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas inseridas pela Lei nº 14.133/2021, instituída pela PORTARIA nº 2114/2021-MP/PJ;

CONSIDERANDO, ainda, que a partir de 1º de abril de 2023 acontecerá a revogação total da legislação anterior, qual seja, a Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO, ante o novo regramento imposto, a necessidade de o Ministério Público realizar o planejamento e execução das ações e medidas indispensáveis para atualização e implementação dos procedimentos internos licitatórios hoje adotados, com vistas à adequação legislativa em vigor;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 063/2022-LC-MP/PA, de 26/10/2022, protocolizado no "SIP" sob o nº 16054/2022, em 26/10/2022, cujo pedido foi acolhido in totum pelo Procurador-Geral de Justiça, à fl. 4,

R E S O L V E:

ALTERAR o Anexo I da PORTARIA nº 3776/2022-MP/PJ, de 14/7/2022, publicada no D.O.E. de 18/7/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Tipo	Cabimento	Início
Dispensa de Licitação	Art. 75, incisos III a XVI da Lei nº 14.133/2021	24/10/2022
	Art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021	01/01/2023

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 07 de novembro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 6458/2022-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os termos do Edital da Eleição destinada à formação da lista triplíce para a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, e da Eleição para Membros efetivos do Conselho Superior do Ministério Público, de 21/10/2022, publicado no D.O.E. de 25/10/2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 25, inciso II, c/c o art. 10, § 2º, inciso XII, alínea "b", da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 17 de agosto de 2016; e

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 19/2022-MP/13ªPJ/CIV/NPM, datado de 26/10/2022, protocolizado no "SIP" sob o nº 16106/2022, em 27/10/2022,

R E S O L V E:

DEFERIR o pedido do Procurador de Justiça NELSON PEREIRA MEDRADO de licença do exercício do cargo de Conselheiro Suplente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, com efeito de desincompatibilização, a contar de 28/10/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 08 de novembro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 6459/2022-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os termos do Edital da Eleição destinada à formação da lista triplíce para a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, e da Eleição para Membros efetivos do Conselho Superior do Ministério Público, de 21/10/2022, publicado no D.O.E. de 25/10/2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 25, inciso II, c/c o art. 10, § 2º, inciso XII, alínea "b", da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de